

OS PARADIGMAS NO MUNDO DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Josecleto Costa de Almeida Pereira *

Sumário: Introdução. 1. Paradoxos da Globalização. 2. As Novas Tecnologias. 3. O Mundo do Trabalho. Conclusão. Referências.

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar, de maneira pontual, as transformações da economia global e seus reflexos no mundo do trabalho, bem como focalizar as novas tecnologias como um processo de transformação política, social e cultural do nosso tempo.

Palavras-chave: Globalização – Novas Tecnologias – Neoliberalismo – Precarização do Trabalho – Sindicalismo.

Abstract: The present article aims to present, in a punctual manner, the changes in the global economy and its reflexes in the sphere of labor, as well as to focus new technologies as a process of political, social and cultural change of our times.

Keywords: Globalization – New Technologies – Neoliberalism – Precariousness of Labor – Trade-unionism.

Introdução

Constata-se nesse início de terceiro milênio um período de profundas transformações nos planos econômico, político, social e cultural, com reflexos no mundo do trabalho.

Vê-se que no mundo globalizado os fluxos de informações têm afetado todos os países, empresas, indivíduos, movimentos sociais e sindicais, em face da aceleração das transações econômicas e financeiras que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Assim, está-se presenciando o fortalecimento do capital financeiro internacional, com suas implicações em todos os aspectos da vida contemporânea.

* Mestre em Direito. Professor Adjunto IV do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

O fato é que as redes de comunicação recobrem todo o globo com uma rapidez fantástica, tornando instáveis as economias nacionais dependentes dos fluxos de capital.

A economia tende a se consolidar como uma economia digital, e uma das conseqüências desse novo paradigma econômico e produtivo baseado na informação são os excluídos da realidade digital.

A pós-modernidade, aqui compreendida como uma postura descomprometida em face das transformações profundas ocorridas na ordem socioeconômica, tem levado o homem a uma competição predatória, fruto da eliminação do humanismo e da solidariedade.

Mergulha-se num labirinto de incertezas, apesar do avanço das novas tecnologias e da sociedade da informação. Por conseguinte, verifica-se que a mobilidade do capital internacional tem produzido uma precarização devastadora dos direitos sociais básicos da cidadania e dos direitos dos trabalhadores.

Tem-se observado que o velho liberalismo despido de ética vê as pessoas como mercadorias, e essa lógica tem dominado os países detentores do poder político e econômico do planeta em detrimento da grande maioria das nações, provocando muito desemprego e o aumento das desigualdades sociais.

1. Paradoxos da globalização

O mundo contemporâneo vive uma profunda revolução das novas tecnologias de informação, e o que se destaca nesse processo é o uso do computador como instrumento fundamental da comunicação, da economia e dos poderes.

Com a globalização se potencializa a crescente comunicação e conexão entre as estruturas econômicas e políticas de diversos países do mundo. Esse processo traz impactos devastadores aos países chamados periféricos e em vias de desenvolvimento, ou seja, a globalização manifesta-se de forma assimétrica e, com isso, deixa mais vulneráveis todas as nações que não assimilam as novas tecnologias que as empresa multinacionais possuem.

Além disso, a globalização não pode ser vista apenas como um fenômeno econômico, mas como um processo complexo que tem afetado profundamente o mercado de trabalho de forma desigual em todas as nações do planeta.

Nesse contexto, as sociedades modernas caminham para um mundo de incertezas, apesar da chamada terceira revolução tecnológica das últimas décadas, com uma globalização que aumentou a discrepância social no acesso às informações, ou seja, são os incluídos (prestadores de serviços altamente especializados – os conectados) e os excluídos (os trabalhadores precários, subcontratados e os desempregados – os desconectados) desse processo de globalização. Como diz Liszt Vieira:

A tendência anárquica atual da globalização econômica não pode ser considerada, como querem muitos, uma fatalidade histórica. Ela não é historicamente inevitável. Contra ela, opõe-se a ação política das forças democráticas. Um bom exemplo, entre outros, é o Fórum Internacional sobre Globalização, uma aliança que, ao ser criada em janeiro de 1995, representava 40 organizações em 19 países. Sua Declaração de Princípios postula que a criação de uma ordem econômica internacional mais justa – baseada na democracia, na diversidade cultural e na sustentabilidade ecológica – exige novos acordos internacionais que coloquem as necessidades dos povos, das economias locais e do meio ambiente acima dos interesses das corporações multinacionais. E conclui afirmando que é possível, necessário e, a longo prazo, muito mais viável buscar tais caminhos do que um sistema econômico globalizado condenado ao fracasso.¹

Assim sendo, torna-se fundamental compreender a globalização dentro de uma sociedade informatizada, na qual o capital financeiro internacional auferir fabulosos lucros na movimentação de capitais em detrimento do capital produtivo, com suas conseqüências, na política, no social e no mundo do trabalho.

Desse modo, vê-se que na maioria dos países em desenvolvimento está ocorrendo transformações sociais graves, como por exemplo o desemprego, a informalidade, a precariedade do trabalho e a fragmentação dos movimentos sociais e sindicais.

¹ VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p.136.

Constata-se nesse período histórico da humanidade uma grande crise estrutural. Por isso, a globalização que se presencia tem como pilares básicos as tiranias do capital e da informação. Daí a grande dupla que eles formam, através do sistema financeiro internacional e das técnicas da informação, para consolidar a visão de um mundo global.

A isso se acrescente o sistema ideológico que justifica esse processo de globalização como o único caminho histórico para se compreender a realidade, por imposição de uma lógica que prima pela visão de um mundo unificado, em que a resposta de todos os países com relação a essa globalização fosse a mesma para todos. Como Milton Santos diz:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos — isto é, dos globalitarismos — a que estamos assistindo.²

O fato é que se está presenciando um estágio da globalização em que as técnicas da informação são apropriadas pelas grandes empresas transnacionais, as quais, dentro de suas estratégias, manipulam as informações que são transmitidas para a grande maioria da humanidade e com isso criam um fosso enorme de desigualdades entre os países ricos e os periféricos.

Portanto, essas técnicas da informação constituem hoje um dado essencial e imprescindível para a vida em sociedade, pois deveriam ser um meio para se ampliar os conhecimentos do planeta e ampliar de forma crítica a visão do mundo atual, mas os discursos que predominam nas mídias nacionais estão impregnados ideologicamente da lógica neoliberal globalizante, excluindo qualquer outra leitura econômica, social, política e cultural do nosso tempo.

² SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.38.

Nesse contexto, é importante frisar que a globalização, por ser um conjunto de processos, se expande com a internacionalização do capital financeiro, acompanhada da política neoliberal e, aproveitando-se das novas tecnologias, passou a redefinir a ordem mundial, com reflexos no mundo do trabalho.

Por conseguinte, os defensores da política neoliberal sustentam a tese do Estado mínimo e da flexibilização dos direitos fundamentais dos trabalhadores como solução dos problemas sociais. Além disso, apontam as novas tecnologias como responsáveis pelo desemprego e pela precariedade do trabalho.

Essa perversa lógica busca alterar radicalmente as regras do Estado de Direito e as políticas sociais. E, no âmbito do Direito, as garantias e os direitos fundamentais individuais e coletivos tornam-se vulneráveis como, também, a proteção ao exercício da cidadania.

Assim, mostra-se complexa a confrontação entre capital e trabalho, isto porque nessas últimas décadas o capitalismo tem estimulado o individualismo e a competição predatória em detrimento das ações coletivas, além de instaurar uma anarquia que favorece o darwinismo social e econômico.

É indiscutível que no mundo globalizado a competitividade se exagera, tendo como lema não a concorrência, mas a guerra. Essa guerra utiliza-se de todas as formas para dirimir os conflitos, frutos dessa lógica sem ética. A consequência mais visível dessa realidade é o egocentrismo, ou seja, os individualismos na vida econômica, política e social, que terminam por transformar as pessoas em coisas.

Os individualismos, conduzidos pela movimentação incessante da globalização dos interesses, da competitividade, do consumo sem limites, dos comportamentos ditados pela mídia alucinada e pela automação proposta pelo sistema vigente na sociedade, empurram o indivíduo para onde e com quem não mantém qualquer traço de afinidade, transformando-o mesmo num estrangeiro em seu próprio país.

Face a essa realidade, irrompem na sociedade a violência, o desrespeito ao cidadão, a perda do seu espaço, a insegurança ameaçadora, a ansiedade, o medo, a desconfiança...

Ante a impossibilidade de encontrar-se consigo mesmo nesse processo global, o indivíduo desidentifica-se como cidadão, e daí resultam diversos fragmentos da vida social, sendo o mais grave a ampliação do desemprego. Como assevera Milton Santos:

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.³

Portanto, é necessário nessa atual fase da globalização compreender a grande mudança qualitativa e quantitativa que se operou com o uso das técnicas de informação, principalmente seus efeitos na esfera do mundo do trabalho.

Assim, torna-se um grande desafio hodiernamente desmitificar a competitividade e a lógica de mercado como a única saída para o mundo globalizado, pois não é possível que a técnica e a ciência continuem sendo utilizadas por essa lógica perversa, e que a globalização se realize em detrimento da humanidade. Como diz Gilberto Dupas:

Nos palcos eletrônicos da sociedade global, as figuras do ganhador e do ostentador personificam os novos mitos fugazes e frágeis. Nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias foram tão fortes. A produção econômica moderna espalha sua ditadura; o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar, um verdadeiro instrumento de busca da felicidade, um fim em si mesmo.

A dominação do econômico sobre o social operou sucessivas degradações, primeiro do “ser” para o “ter”, em seguida do “ter” para o “parecer-ter”. Às atuais massas excluídas resta apenas o “identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter” através do espetáculo à distância, um virtual feito real pelas mídias globais.⁴

³ SANTOS, Milton, op. cit., p. 49.

⁴ DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2000. p. 111.

2. As novas tecnologias

Todo processo de transformação política, social e tecnológica sempre provocaram muitas tragédias no campo do conhecimento, principalmente com relação aos saberes individuais e coletivos.

A globalização elegeu as novas tecnologias como elemento fundamental para alimentar a lógica de mercado como uma verdade inquestionável, e além disso, estabeleceu um discurso hegemônico sobre o mundo com implicações na economia e na política internacional contemporânea.

As mudanças e revoluções tecnológicas criaram muitos impactos e alterações nas sociedades, no século XVIII, na Inglaterra, que foi o núcleo central da chamada Primeira Revolução Industrial, fundamentalmente baseada no vapor (desvalorizou o trabalho muscular). Já o centro dinâmico da Segunda Revolução Tecnológica (desvalorizou o trabalho mental de rotina) residiu nos Estados Unidos e na Alemanha, nos últimos anos do século XIX, e essa revolução tecnológica, que tinha na eletricidade seu ponto central, redesenhou o mapa do mundo.

Atualmente consolida-se a Terceira Revolução Tecnológica, a qual tem recebido várias denominações, porém, nesse texto utilizaremos a mais conhecida, que é a Revolução das Novas Tecnologias de Informação.

O marco dessa revolução é o uso do computador como instrumento vital da comunicação, da economia e dos poderes.

As redes de comunicação informacionais cobrem todo o planeta, e o capital financeiro circula no mundo conectado a essas redes, tornando instáveis as economias nacionais dependentes (países periféricos) dos fluxos de capital. Por exemplo, o Brasil, nesses últimos tempos, vem sofrendo ataques especulativos (fuga de capitais), com graves conseqüências, não só para o Brasil, mas para todos os países em desenvolvimento.

O fato é que essa globalização da economia tende a transfigurar-se na economia da informação, e as conseqüências desse novo paradigma econômico e produtivo é o desemprego.

Assim, nesse processo de mudanças econômicas, sociais e políticas em curso vê-se a apropriação dessas tecnologias pelos países ricos em prejuízo dos pobres. Como afirma Milton Santos:

A globalização marca um momento de ruptura nesse processo de evolução social e moral que se vinha fazendo nos séculos precedentes. É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade.

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.⁵

No mundo hodierno as novas tecnologias têm sido utilizadas para reforçar a lógica do capitalismo global, o qual tem se caracterizado pela ampliação dos mercados e pela acumulação do capital. Além disso, vêm provocando mudança no paradigma do trabalho, como, por exemplo, o desemprego e a exclusão social. Diz Gilberto Dupas que:

O técnico atual aspira tornar-se um deus cibernético. No início da filosofia, supôs-se que a lógica poderia prover essa técnica suprema, cobrir as questões fundamentais, afastar o equívoco e alcançar o consolo do pensamento unívoco. O filósofo da era da informação apóia-se no caráter tecnológico da sociedade moderna e se torna um operador imbuído do propósito de reduzir as ambigüidades do mundo cotidiano. No entanto, como cabe ao filósofo entender o ser racionalmente, a técnica atual se apresenta capaz de caracterizar a própria racionalidade. Racionalizar significaria submeter o processo à técnica e, desse modo, livrá-lo de seus excessos (irracionalidade); o que é muito do que o filósofo reivindica fazer: dar um sentido racional ao ser. Pode-se dizer coisa parecida a respeito dos fins. A técnica nos possibilita o “saber como” e não o “saber por que”. Ela nos ensina como fazer certas coisas, mas não o por que se deva fazê-las.⁶

O fato é que essa grande revolução tecnológica de nossos dias tem permitido aumentar o armazenamento, o processamento e a análise de informações, bem como realizar bilhões de relações entre milhares de dados. Daí a consolidação do computador como o ícone da chamada revolução informacional de nosso tempo.

⁵ SANTOS, Milton, op. cit., p. 64-65.

⁶ DUPAS, op. cit., p. 81-82.

A tecnologia da informação criou um novo paradigma na hegemonia econômica mundial e no mundo do trabalho; além disso, ampliou significativamente as desigualdades entre os países ricos e os pobres, como também aprofundou o distanciamento cognitivo entre aqueles que dominam a tecnologia da informação e os que são excluídos digital e socialmente.

Em outras palavras, para a grande maioria da população dos países pobres e periféricos o acesso ao ciberespaço e aos bilhões de sítios espalhados é bastante difícil devido ao custo. Com isso, os excluídos não conseguem se conectar com os incluídos, os quais têm na navegação pela Internet o estímulo à criatividade e à descoberta de um oceano de informações que possibilitará a ampliação dos conhecimentos sobre o planeta.

Assim, a exclusão digital torna-se a maior problemática desse processo revolucionário da comunicação em rede, pois essa exclusão é um impeditivo para se reduzir a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e culturais estão sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional, ou seja, é necessário assegurar o acesso aos excluídos socialmente como estratégia de fundamental importância para a inclusão social.

Como diz Milton Santos:

Esta exclusão atual, com a produção de dívidas sociais, obedece a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mas que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações. Os excluídos são o fruto dessa racionalidade. Por aí se vê que a questão capital é o entendimento do nosso tempo, sem o qual será impossível construir o discurso da liberação. Este, desde que seja simples e veraz, poderá ser a base intelectual da política.⁷

As novas tecnologias sempre estiveram acompanhadas de aumentos na produtividade e reduções salariais em todos os países desenvolvidos. Porém, na atual fase das inovadoras tecnologias de informação, evidencia-se na mobilidade do capital uma motivação exploradora de mão-de-obra barata com o aproveitamento dos menores custos de transporte e comunicações em países de baixos salários.

⁷ SANTOS, Milton, op. cit., p. 74.

Como diz João Bernardo:

A globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização. Mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem por cima das fronteiras. Por isso a terminologia de “companhias multinacionais”, comumente usada, deve ser substituída pela de “companhias transnacionais”, que nos indica a especificidade deste tipo de empresas. Elas não juntam nações — passam por cima delas.

Para compreendermos as principais implicações deste processo temos de proceder a uma mudança radical de perspectiva. Nós estamos habituados a considerar a economia mundial como um sistema de relações entre países, e é assim que a imprensa apresenta geralmente a questão. Todavia, se adotarmos o ponto de vista das sociedades transnacionais, verificamos que grande parte do comércio que as estatísticas oficiais contabilizam como externo é, na realidade, um comércio interno, constituído por transações entre matrizes e filiais. Esta alteração de perspectivas não ocorre apenas no plano econômico, mas no político também, porque as fronteiras entre países marcam a amplitude da esfera de ação de cada governo, e portanto a amplitude do Estado Restrito, enquanto a divisão entre as companhias transnacionais decorre diretamente do sistema de poder das empresas e, por isso, tem lugar no Estado amplo.⁸

Os discursos atualmente são convergentes sobre a importância da extensão da cidadania a partir das novas tecnologias da informação. Daí o significado de se definir qual o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado, diante dessa globalização excludente.

Além disso, as redes no mundo de hoje têm uma importância estratégica em termos do processo de circulação de conhecimentos científicos que são aproveitados para usos industriais, como também, são um meio de conexão entre produção, mercado e capital especulativo.

De outro lado, o uso das novas tecnologias tem se generalizado no âmbito civil, e esse incremento, ao invés de ampliar o bem estar do cidadão e contribuir para o progresso civilizatório do nosso tempo, pelo contrário, tem precarizado o mundo do trabalho e fragmentado os vários segmentos da sociedade civil.

Por conseguinte, surge a euforia informática e a exploração crescente na economia mundial do uso industrial dos computadores, o ressurgimento

⁸ BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores*. Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000. p. 39.

do sub-trabalho e a flexibilização trabalhista que consiste na extração de mais-valia como instrumentos de sustentação das políticas neoliberais.

Assiste-se à idolatria do mercado, à demonização do Estado, à exaltação do capital especulativo e ao endeusamento de um individualismo egocêntrico. Por conseqüência, vê-se transformar o “darwinismo social de mercado” em algo desejável do ponto de vista econômico, e o neoliberalismo surge como o projeto hegemônico de nosso tempo.

3. O mundo do trabalho

O mundo do trabalho vem sofrendo uma metamorfose profunda nessas últimas décadas, principalmente nos países capitalistas avançados, em virtude das inovações das tecnologias, com repercussões significativas nos países periféricos.

Como conseqüência desse processo de transformações tecnológicas, verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial e fabril, ou seja, uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Além disso, efetivaram-se diversas formas de fragmentação do trabalho, como por exemplo a terceirização, a subcontratação, a precariedade do trabalho, todos vinculados à economia informal, ao setor de serviços, etc.

Emergem nessa sociedade da informação novos paradigmas no mundo do trabalho, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção como corolário da lógica do mercado. O desdobramento desse novo padrão de gestão da força de trabalho encontra no neoliberalismo a “força” necessária para também flexibilizar os direitos sociais e trabalhistas.

O fato é que o avanço tecnológico modificou substancialmente as organizações do universo fabril, essas transformações propiciaram uma nova divisão internacional do trabalho e, como referência-chave desse processo, temos a experiência japonesa do “toyotismo”. Como diz Ruy Braga:

As soluções encontradas pela Toyota, portanto, são um produto direto da intransigência do capital, primeiro em não ceder à ofensiva sindical contra a reestruturação e, após demitir em massa os operários grevistas, em não voltar a

contratá-los, mesmo diante do incremento da demanda engendrada pela Guerra da Coreia. Para os diretores da Toyota, tratava-se de suprir a oferta de produtos sem recorrer à admissão de novos operários. A automação, a reestruturação imposta pelo capital financeiro (com importante redução de pessoal e a adaptação da produção às vendas), o método kan-ban (técnica de gestão de estoques inspirada no exemplo dos supermercados norte-americanos), constituíram-se em soluções capitalistas às condições concretas da luta de classes.⁹

Assim, podemos traduzir o toyotismo como um modo eficaz de racionalização do trabalho dentro da lógica de mercado, com suas conseqüências para o trabalhador, pois um dos métodos utilizados para complementar o kan-ban foi o just-in-time, que se traduz no princípio da desespecialização do trabalho operário.

Portanto, foi a experiência japonesa que possibilitou criar um conjunto de “princípios” adequados para a crise do capitalismo contemporâneo, sob a regência de políticas neoliberais num cenário de competitividade global. Daí ser o toyotismo o paradigma objetivo da lei de acumulação do capital do nosso tempo.

Por outro lado, vê-se o sindicalismo, em nível internacional, desarticulado, e essa realidade criou o fenômeno da dessindicalização. Porém, existem diversos fatores que contribuíram para esse quadro; podemos citar, por exemplo, a desregulamentação do mercado de trabalho, a crescente precarização do emprego, a terceirização, o trabalho informal e a redução do papel político dos sindicatos.

O fato é que as novas tecnologias da informação têm provocado uma nova leitura sobre a sociedade do trabalho, ou seja, o sistema capitalista de produção vem passando por uma profunda transformação nessas últimas décadas, com enormes impactos no processo produtivo (processo produtivo flexível), no trabalho e nas estratégias de gestão empresarial.

Por conseguinte, consolida-se um novo paradigma para os trabalhadores, que é sua integração à produção flexível: polivalente, altamente qualificado, com um grau mais alto de responsabilidade e de autonomia,

⁹ BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996. p. 245-246.

recompensado em seu trabalho porque é estimulado pela própria reestruturação produtiva para desenvolver sua imaginação criativa.

Porém, esse trabalhador é compelido à reciclagem permanente, já que o seu trabalho exige elevada flexibilidade intelectual ao enfrentar as novas tecnologias. Além disso, esse artesão eletrônico tem a impressão de ter maior liberdade para agir, pois fica conectado a uma rede imensa de pequenas e microempresas espalhadas por todos os lugares, e com a tarefa de fornecer as informações necessárias para serem transformadas em mercadorias.

É nesse contexto que o trabalhador começa a sentir-se proprietário, um verdadeiro comerciante, de trabalho. E, num mundo onde todos são produtores de mercadorias, os sindicatos, organizações de luta dos trabalhadores, parecem supérfluos.

Portanto, é problemático que o trabalho possa sustentar a cidadania no atual estágio da globalização. Mas é uma exigência inadiável que a cidadania redescubra as potencialidades democráticas do trabalho. Para isso, é imperativo que o trabalho deva ser democraticamente compartilhado, ou seja, é necessário um novo contrato social, onde o trabalho humano possa interagir com a revolução tecnológica em que nos encontramos para conseguir criar riqueza, emprego e qualidade de vida. Afirma Boaventura Santos que:

O contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna, uma obrigação complexa e contraditória porque foi estabelecida entre homens livres e, pelo menos em Rousseau, para maximizar e não para minimizar essa liberdade. O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum. O Estado nacional, o direito e a educação cívica são os garantes do desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil.¹⁰

Nosso tempo está marcado por um estigma perverso que é o da inclusão/exclusão. Essa realidade é fruto das novas tecnologias que vêm ampliando o distanciamento entre os info-ricos e os info-pobres. As

¹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 5.

oportunidades para os incluídos na sociedade da informação são indiscutivelmente bem maiores do que para aqueles que vivem no apartheid social e digital. Assim sendo, o contratualismo de hoje deve ter como base a lógica da legitimação, a qual deve ser assentada na interação econômica, política, social e cultural das sociedades contemporâneas.

É oportuno não perder de vista que a globalização hodierna é um processo que vem consolidando a hegemonia econômica dos Estados Unidos no resto do mundo.

Esse fenômeno tem no velho liberalismo uma “nova” roupagem e características ditas “modernas” para implementar sua filosofia, a qual tem como base principal a minimização do Estado, ou seja, a eliminação da intervenção do Estado na economia e nos conflitos sociais, com o que se restaurou o contratualismo do século XIX.

Uma das características desse contratualismo é a prevalência da negociação entre patrões e empregados (*laissez-faire*), a irrestrita liberdade do comércio internacional e a abertura dos mercados, ou seja, é um sistema de natureza eminentemente mercantilista o qual vê as pessoas como mercadorias ou no máximo como consumidoras.

Além disso, consolida-se a lógica da redução dos direitos sociais, da flexibilização e da desregulamentação dos direitos trabalhistas como necessários para a inserção dos países periféricos nas decisões internacionais, ou seja, a economia globalizada cria pessoas dispensáveis no processo produtivo e impõe, através de organismos internacionais (FMI, Banco Mundial), as regras para as economias nacionais, com a conseqüente desnacionalização dos parques industriais e a destruição da soberania nacional.

O fato é que a idéia de que o mercado resolve todos os problemas das sociedades modernas é uma grande falácia, pois a lógica de mercado vigente tem criado muito mais conflitos e rivalidades do que soluções para os problemas sociais. E o pior é que cada vez mais aumentam as desigualdades e as distâncias socioeconômicas entre as nações ricas e as pobres.

Portanto, não é admissível que as inovações tecnológicas sejam utilizadas para provocar desemprego e multiplicar a pobreza, pois elas deveriam servir para reduzir a jornada de trabalho, propiciar melhoria

na qualidade de vida e proporcionar bem-estar para os trabalhadores e todos os cidadãos.

No reino da globalização financeira predomina o cenário de investimentos produtivos contidos.

Em função disso, assiste-se nessas últimas décadas a uma modificação substancial na divisão internacional do trabalho. Embora o comando da nova divisão internacional do trabalho pertença à dimensão financeira, há de se considerar a influência a partir do centro do capitalismo mundial no processo da reestruturação empresarial, acompanhado da nova Revolução Tecnológica.

Com o aprofundamento da concorrência intercapitalista tem havido uma maior concentração do capital, seja nos setores produtivos, seja no setor bancário e financeiro, o que concede maior importância ao papel das grandes corporações transnacionais.

Além disso, os países periféricos (Brasil e América Latina) acabaram transformando-se num grande celeiro de concorrência das grandes corporações transnacionais, as quais, com o auxílio do FMI e do BIRD, terminam por provocar o rebaixamento do custo do trabalho e a desregulamentação dos mercados de trabalho com a conseqüente piora na distribuição de renda.

Portanto, a classe trabalhadora no mundo contemporâneo precisa criar novas estratégias para pensar as formas de ação com relação à transnacionalização do capital e seu sistema produtivo em escala global, pois os desafios no mundo do trabalho passam pela nova divisão internacional do trabalho imposta pelo capital internacional.

Como afirma Gilmar Mauro:

As novas tecnologias existem, e não se pode negá-las. Quando bem empregadas, proporcionam um salto de qualidade na vida econômica de determinado país. Mas o próprio uso de novas tecnologias deve ser discutido. Ou seja, mesmo tendo ciência de sua importância e da necessidade de sua utilização como fator de desenvolvimento econômico, é fundamental que elas sejam colocadas também na perspectiva de agregados de ganhos sociais e, portanto, ser implementadas de forma a consolidar políticas progressistas de melhoria de condições de vida objetivas dos trabalhadores.

É até discutível a extensão do papel das novas tecnologias no avanço industrial imediato. Para alguns estudiosos, a preocupação com as máquinas levou à subestimação do papel de outros fatores na promoção do crescimento industrial, como a qualidade dos trabalhadores, o estoque de diferentes técnicas, a eficiência da organização industrial, entre outros.¹¹

E assim fica evidente nessa fase da globalização o caráter contraditório da estrutura social do capitalismo expresso na luta de classes, bem como a reprodução dos conflitos sociais que tem caracterizado a história do mundo do trabalho.

Por isso, o atual processo de globalização tem fortalecido o imperialismo americano em detrimento dos países periféricos, os quais aceitam as imposições feitas pelos credores como o FMI e o Banco Mundial. Além disso, podemos acrescentar um outro componente muito forte, ligado à dominação ideológica, que são as novas tecnologias. Com a disseminação da informação pelos países centrais, o controle dos mercados nacionais torna-se mais fácil, criando uma homogenização dos padrões estéticos e de costumes das populações dominadas.

Como diz Jorge Mattoso:

Frente à crescente desestruturação sofrida pelo mundo do trabalho e aos problemas econômicos e sociais despertados pelo início da Terceira Revolução Industrial ainda realizada sob a modernização conservadora e cuja magnitude e desdobramento são ainda difíceis de discernir em sua totalidade, os trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas se encontram na defensiva, sem oferecer alternativas capazes de articular as distintas forças que se opõem a este novo moinho satânico.

A ofensiva do capital reestruturado que chama a si a tarefa de dirigir a sociedade capitalista sob as regras exclusivas da concorrência e do mercado auto-regulável em escala internacional, tem dificultado ainda mais a gestação de uma alternativa que aponte para uma nova sociedade capaz de gerar a emancipação crítica do trabalho social e uma nova hegemonia.

Sem esta nova hegemonia, que extrapole os trabalhadores e seus tradicionais aliados, que incorpore novos agentes e novos temas sociais, e que

¹¹ MAURO, Gilmar. **Capitalismo e luta política no Brasil: na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 91.

contemple outras contradições que se apresentam crescentemente situadas além do local de trabalho e do processo de valorização, os trabalhadores dificilmente conseguirão protagonizar projetos nacionais e internacionais de transformação.¹²

Daí a importância de se rediscutir a questão nacional em seus vários aspectos como um meio de interagir internacionalmente com um projeto alternativo a esse modelo globalizante, ou seja, torna-se fundamental para a sobrevivência das sociedades democráticas uma discussão sobre a divisão nacional e internacional do trabalho, como também sobre a questão do desenvolvimento econômico e social, pois pensar uma sociedade democrática significa fazer uma autocrítica a esse sistema vigente.

O fato é que o novo paradigma produtivo exige um esforço enorme, que supere os enfoques convencionais da economia do trabalho com ênfase nos mecanismos econômicos e na situação dos assalariados. Em outras palavras, o desafio é compreender a lógica do mercado global e o processo de construção social no contexto da precarização e da exclusão social.

Assim, constata-se uma transformação profunda na rigidez dos contratos de compra e venda da força de trabalho que o movimento sindical havia consolidado nas relações industriais, e esse processo tem significado para os trabalhadores a precarização do trabalho e o desemprego.

Como Cattani diz:

O desemprego aparece como uma questão inquietante, mas solucionável com a retomada do crescimento econômico e com a eliminação das regulamentações e proteções criadas artificialmente pelos sindicatos.

Esse encadeamento axiomático não é apenas uma construção ideológica, disputando legitimidade na confrontação de idéias. Ele traduz práticas empresariais e políticas de Estado e é respaldado nas principais instituições de coordenação do capitalismo internacional.

¹² MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995. p. 120.

O principal documento que analisa e define as estratégias para os países-membros é um libelo a favor das desregulações e da flexibilização. As propostas são objetivas: redução dos ganhos salariais, eliminação das restrições aos licenciamentos, precarização dos contratos de trabalho, etc. Os indivíduos têm a opção de se “acomodarem à liberdade”. Os mais capazes e empreendedores sobreviverão; os incapazes e inadaptados serão eliminados pela lei da seleção da espécie.

Enquanto os neoliberais usufruem de uma despreocupação unânime e irresponsável, as diversas correntes do pensamento crítico estão divididas e torturadas pelo fracasso do sistema socialista ou pela crise do Welfare State.¹³

Assim sendo, verifica-se que, com a precarização do trabalho e do movimento sindical, os trabalhadores tornaram-se mais vulneráveis à lógica de mercado, além de criar uma sensação de incapacidade de agir individual e coletivamente.

O fato é que assiste-se a uma grande metamorfose no mundo do trabalho com a conseqüente crise do sindicalismo mundial.

Portanto, a crise do sindicalismo sob a mundialização do capital pode ser considerada um desdobramento histórico-ontológico dos próprios limites do sindicalismo. Isto porque existe um vínculo estrutural entre o poder sindical, considerado uma práxis sócio-histórica, e a própria lógica do capital, ou seja, a acumulação capitalista tende a debilitar o mundo do trabalho organizado em sua prática sócio-histórica.

O fato é que se está presenciando muitas dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical internacional, e uma das conseqüências dessa realidade é a precarização do emprego e as exclusões social e política dos trabalhadores. Além disso, há uma fragmentação das ações coletivas devido à lógica de mercado que vem acentuando um individualismo egocêntrico.

Com razão assinala Cattani que:

A individualização proporcionada pelo progresso da civilização tem dois sentidos. O sentido positivo significa autonomia do sujeito, possibilidade de recusar ou de se liberar do paternalismo, do autoritarismo e das várias formas de dependência. O sentido negativo, estimulado pelas novas condições de

¹³ CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 6.

socialização, traduz-se em atomização, em recolhimento doméstico, em egoísmo, isto é, em ausência de solidariedade.

Cada vez mais, são criadas condições que deixam os indivíduos isolados, que fomentam o narcisismo e o utilitarismo mediocrementemente individualista. A dispersão dos valores e das práticas amplia-se continuamente e pode fomentar tendencialmente dois tipos de comportamentos: aquele marcado pela obsessão afoita pela sobrevivência individual, e aquele marcado pelo comportamento apático, resignado, que logo se traduz em subserviência.¹⁴

Constata-se que em todos os países ricos e pobres os trabalhadores precarizados desengajaram-se do sindicato e das lutas coletivas, e essa realidade está diretamente relacionada com os novos paradigmas que o capitalismo vem impondo às economias nacionais.

Por essa razão, os sindicatos precisam repensar suas estratégias para despertar nos trabalhadores a confiança nas suas ações coletivas, apresentando novas proposições para superar o quadro atual. Daí a importância de reafirmar os princípios que marcam o movimento sindical internacional, principalmente os princípios que fortaleçam a cidadania e as iniciativas inovadoras de solidariedade para poder construir os novos sujeitos coletivos que superem a fragmentação dos trabalhadores e a mediocridade reinante nas sociedades de nosso tempo.

Como diz Giovanni Alves:

O que presenciamos com a crise do sindicalismo moderno é apenas a transformação estrutural de seu caráter sociopolítico sob o peso das novas provocações do capital, o mesmo pode ser dito para o Estado social, que sob a mundialização do capital tende a assumir uma nova objetivação político-institucional. Um problema político-ideológico crucial do sindicalismo sob a mundialização do capital: o desenvolvimento do sindicalismo vai ocorrer numa perspectiva de mera adaptação à nova ordem do capital, na qual o sindicato deve tornar-se um apêndice do capital, um mero gestor da participação dos trabalhadores na produção do capital, assumindo um cariz neocorporativismo, estreito (e excludente), perdendo seus laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho, ou ocorrerá numa nova perspectiva classista, capaz de reconstruir novos locis organizativos de

¹⁴ CATTANI, op. cit., p. 124-125.

resistência do trabalho assalariado, em escala planetária, apoiando a instauração do Estado social, com novos vínculos com movimentos sociais de contestação à nova ordem capitalista?¹⁵

Portanto, a expansão da crise do sindicalismo moderno tem início nos países capitalistas centrais na década de 80, e se alastra pelo resto do mundo. Esta crise é a consequência direta da política neoliberal, a qual foi implementada nos anos 80, e da precarização do mundo do trabalho que a mundialização do capital gerou.

Além disso, nesse novo complexo mundo social do trabalho consolida-se a reestruturação produtiva calcada, cada vez mais, na instauração de uma nova hegemonia do capital em detrimento das estratégias da classe trabalhadora.

Assiste-se à grande crise do sindicalismo mundial sob a lógica do capital globalizado com a política neoliberal. Mas é dentro dessa crise que o movimento sindical deve apreender lições para repensar suas estratégias diante da sua crise interna no aspecto socioinstitucional (aqui no sentido da dessindicalização dos trabalhadores) e na questão da representação de classe.

Portanto, verifica-se que o maior desafio do sindicalismo hodierno é esboçar uma estratégia para superar a precarização do mundo do trabalho com reflexos na vida sindical. Por exemplo, como enfrentar a crescente individualização das relações de trabalho, a qual vem deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho, para uma relação cada vez mais individualizada. Com esta tendência o sindicalismo tende a implodir, pois esse processo atinge profundamente as conquistas históricas do movimento sindical.

Assim sendo, torna-se fundamental neste momento entendermos a configuração do novo paradigma tecnológico que a ofensiva do capital reestruturado gerou no mundo do trabalho, que é a terrível insegurança, com reflexos graves nos organismos sindicais. Com razão assinala

¹⁵ ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 97-98.

Jorge Mattoso que:

A redução daqueles níveis de segurança do trabalho do pós-guerra sem a plena configuração de uma relação salarial e padrão de consumo compatíveis com o salto executado pelas revigoradas forças produtivas tem ampliado a fragmentação e a desestruturação do trabalho e acentuado a paralisia política e o defensismo estratégico do movimento sindical, reduzindo ainda mais a solidariedade e coesão social. Tais fatores geram na atualidade uma verdadeira desordem do trabalho e ampliam as dificuldades para reconstruir-se uma nova hegemonia transformadora...

Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança da representação do trabalho.¹⁶

Assim sendo, vê-se que o precário mundo do trabalho e a crise do sindicalismo não devem representar o fim da história nem das organizações sindicais, mas uma possibilidade de se criar uma nova perspectiva de luta que transcenda os interesses imediatos dos trabalhadores, que junto aos movimentos sociais possam construir novas práticas coletivas para superar a mediocridade e a submissão à ordem capitalista vigente.

Conclusão

Nosso tempo está marcado por muitos desafios e incertezas. Porém, após os inimagináveis vãos do conhecimento e da tecnologia da atualidade, o homem e a mulher vivem nas águas turvas da globalização com muita inquietação e insegurança.

O terceiro milênio tem como marca o *homo technologicus*, o qual se impõe hodiernamente através da robotização e das programações da Internet, porém esse processo conspira contra a humanização e a construção efetiva de uma sociedade socialmente justa.

Todos os acontecimentos nos dias atuais transcorrem com celeridade, e a vida moderna lentamente transforma o ser humano em verdadeiro robô

¹⁶ MATTOSO, op. cit., p. 77.

que, automatizado pela mídia que o comanda, desnatura-se ao renunciar o seu livre-arbítrio e a lucidez para pensar sobre a sua própria existência.

As questões nobres da existência têm sido substituídas pelas soluções simples apresentadas pelas máquinas devoradoras, que facultam mais tempo para os compromissos imaginários do que os reais, e tudo isso cria no indivíduo o que Max Weber denominava de “desencantamento do mundo”.

O perfil humano nessa era da globalização pode ser desenhado como aquele que aspira o seu triunfo na glória dos quinze minutos de fama. E, assim conduzido pela movimentação incessante da globalização dos interesses, das lutas, dos comportamentos ditados pela mídia alucinada e pela automação proposta pelo sistema vigente na sociedade, o indivíduo vê-se empurrado para o individualismo e o egoísmo exacerbados numa competição predatória sem limite.

Por conseguinte, nos dias de hoje, consolida-se a lógica da globalização financeira e especulativa com a conseqüente fragilização dos Estados Nacionais, principalmente nos países periféricos e no Terceiro Mundo. Além disso, vemos a destruição das várias expressões de contestação à hegemonia ideológica e política do neoliberalismo, como por exemplo os movimentos populares e as ações sindicais.

É nesse contexto sócio-histórico que ocorre um complexo processo de reestruturação produtiva, com um impacto devastador no mundo do trabalho. É por isso que uma das conseqüências dessa ofensiva do capital na produção foi a fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos sindicatos.

Além disso, este processo veio acompanhado de um novo paradigma de produção industrial, que é a revolucionária implantação da tecnologia de informação como eixo central para o processo produtivo e a mudança na estruturação do mercado de trabalho.

Com essa reestruturação tecnológica de produção vemos consolidarem-se as velhas formas de exploração do trabalho, como o antigo sistema de trabalho doméstico, artesanal e familiar.

Portanto, estamos diante de um (precário) paradigma do trabalho, em que o trabalhador torna-se vendedor de trabalho objetivado, ou seja, ele sente-se um verdadeiro comerciante de trabalho. E com isso o

trabalhador deixa de lutar pelos interesses coletivos da classe trabalhadora, além de não considerar importante o papel dos sindicatos diante dos embates ente o capital e trabalho.

Nesse cenário de aprofundamento da globalização e da hegemonia do capital sobre o mundo do trabalho, vemos o trabalhador lutar de forma obsessiva pela sua sobrevivência individual, porém marcado pelo comportamento apático e resignado com relação às imposições do sistema vigente.

Esse comportamento é um reflexo dos diversos níveis de insegurança que o trabalhador tem de enfrentar, como por exemplo a insegurança no emprego e na renda.

Assim, diante desse processo de reestruturação do mundo do trabalho, as entidades sindicais têm um grande desafio para enfrentar, que é o de renovar suas estratégias e, ao mesmo tempo, implementar novas ações coletivas visando a construção de uma nova legitimidade a partir da solidariedade e da consolidação da cidadania.

É portanto necessário repensar os paradigmas que o capitalismo global nos impõe e, o mais importante, criar um projeto alternativo que resgate os valores essenciais da humanidade, tendo como ponto central a construção das novas ações coletivas que possam confrontar a lógica do capital e, ao mesmo tempo, fortalecer a cidadania e a Democracia.

Referências

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1995.

BERNARDO, João. **Reestruturação capitalista e os desafios para os sindicatos**. Lisboa: Mimeo, 1996.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

- BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** (a era da informação: economia, sociedade e Cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 e 2.
- DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2000.
- FERRER, Aldo. **Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento da era da informática**. Trad. Carlos Irineu Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000.
- MALDONADO, Tomás. **Crítica de la razón informática**. Barcelona: Paidós, 1998.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. Campinas: Scritta, 1995.
- MAURO, Gilmar. **Capitalismo e luta política no Brasil: na virada do milênio**. São Paulo: Xamã, 2001.
- PLÁ Rodrigues, Américo. **Princípios de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1993.
- PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **O trabalho e o equilíbrio social: Mercosul e sindicalismo**. Porto Alegre: Síntese, 2000.
- PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e as alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.
- POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. São Paulo: EDUSC, 2000.